

Junqueira impetra ação contra aumento salarial

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, ingressou, ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF) com duas ações diretas de inconstitucionalidade contra o aumento de 367% concedido, há poucos dias, aos funcionários do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os recursos foram distribuídos aos ministros Moreira Alves e Francisco Rezek, que deverão proferir despacho hoje sobre as duas medidas cautelares também requeridas por Junqueira, informou a Agência Brasil.

O procurador-geral quer que o STF suspenda imediatamente os aumentos, até o julgamento final das ações, "porque sua aplicação causa grave lesão à economia pública, de for-

ma continuada, de mais que incerta reparação". Para Junqueira, a elevação do percentual de gratificação de atividades legislativas dos servidores do TCU e do Senado é incompatível com a Lei de Isonomia Salarial entre os três poderes (Lei nº 8.448/92).

Segundo ele, as resoluções do TCU, do dia 11 março passado, e do Senado, do último dia 5, que tratam desses aumentos, são ilegais, por não alcançarem também os servidores da Câmara dos Deputados e dos demais poderes. "É inconciliável com os citados preceitos constitucionais, que impõem a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes e vedam que os do Poder Legislativo sejam superiores aos do Poder Executivo", ressaltou.